

# PNAS e Informação/Comunicação: Estratégias possíveis de fortalecimento do Serviço Social no CBMERJ

10

PNAS e Informação/Comunicação: Estratégias possíveis de fortalecimento do Serviço Social no CBMERJ. Luciane Vieira  
Alta Cláudia Moreira de Brito  
Jane Pontes dos Santos Silva

**RESUMO:** Neste estudo, busca-se apresentar como relato de experiência profissional, a tomada da informação/comunicação como estratégia, e como esta ação produziu uma profunda transformação do *statu quo* do Serviço Social no CBMERJ. Toma-se para tanto como referenciais, os estudos de JANNUZZI (2005) e GONZALES DE GOMEZ (2003), e MARX (1989). Como alguns resultados, podemos destacar que, no momento presente, a atuação do Serviço Social foi reestruturada saindo de um modelo centralizado e de baixo alcance caminhando para a gestão descentralizada para todas as Regiões do Estado, com apoio estratégico de uma ferramenta de informação/comunicação, o Sistema de Gestão da Informação, ampliando o acesso dos Bombeiros Militares, seus dependentes e pensionistas aos seus direitos, e, por conseguinte ampliando potencialmente a capacidade do Serviço Social conhecer seu público atendido pautado, pelos princípios e diretrizes que fundamentam a Política Nacional de Assistência Social e esta no CBMERJ.

**Palavras-chave:** Bombeiro Militar, PNAS, Informação/comunicação, Serviço Social e Gestão, Sistema de Informação.

**ABSTRACT:** This study present as an account of professional experience, the taking of information / communication as strategy, and how this action produced a profound transformation of the status quo of Social Work in CBMERJ. The studies of JANNUZZI (2005) and GONZALES DE GOMEZ (2003) and MARX (1989) are considered as references. As some results, we can highlight that, currently, the Social Service has been restructured from a centralized and low level model to a decentralized management for all the Regions of the State, with the strategic support of an information / communication tool. Information Management System, increasing the access of Military Firefighters, their dependents and pensioners to their rights and therefore potentially increasing the capacity of Social Service to know its public in accordance with the principles and guidelines that underlie the National Assistance Policy Social and it is in the CBMERJ.

**Keywords:** Military Firefighter, PNAS, Information / communication, Social Service and Management, Information System.

## INTRODUÇÃO:

Desde a chegada das chamadas revolucionárias novas Tecnologias de Informação e Comunicação, ocorreram significativas mudanças de potencial, de caráter tecnológico e científico, de tal modo que, apesar de muito recentes seus feitos na história da humanidade têm se mostrado grandiosos. Dado ao seu potencial transformador, muitos autores têm considerado o momento atual como sociedade informacional ou sociedade da informação<sup>1</sup>. No campo da assistência, sua força se revelou a partir do estabelecimento de novos métodos e na instauração de uma Secretaria Nacional de Gestão da Informação aportando ao campo, um potencial enorme de leitura e interpretação do processo de trabalho empenhado pela Política de Assistência Social no país, e, por conseguinte, a assunção da perspectiva de gestão a partir da filosofia das boas práticas.

Autores como Braman (2006), Gonzalez (2003) e Castells (2000) retratam essas características do avanço científico e tecnológico, em especial no campo da saúde, como “fertilizante”, para a construção de canais de diálogo na relação entre Estado, ciência e sociedade.

A partir deste cenário, este estudo toma como *locus* de pesquisa a Política de Assistência Social do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, a partir da Diretoria de Assistência Social tendo, como foco de análise, o processo de descentralização das ações e serviços prestados pelas (os) oficiais assistentes sociais daquela Diretoria.

A pergunta que norteou esta investigação foi: Se a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) fosse tomada como referencial associada estrategicamente, à informação sob a perspectiva dialética com a comunicação, seria possível obter algum êxito no sentido de potencializar as práticas do serviço social, ampliando inclusive sua visibilidade?

Claro que este movimento viria acompanhado, com as devidas ressalvas considerando que tínhamos ciência de que a PNAS seria tomada como referência, ainda que apenas em seus parâmetros, princípios e objetivos, mas com a clara consciência de que seria impossível a sua aplicabilidade plena no âmbito das forças militares, dada sua especificidade, o que inviabilizaria o respeito ao princípio da universalidade por exemplo.

Em se tratando da informação, esta foi tomada como elemento estratégico para ação na área da assistência social, e a comunicação, como recurso propriamente dito, e, dialética, como estratégia de mostrar que não existe informação dissociada da ação.

Como pressuposto, assumiu-se que sim, o uso estratégico da relação dialética informação/comunicação associado à PNAS como referencial orientador, foi crucial para a conquista da descentralização política, financeira e técnica do serviço social no âmbito do CBMERJ.

A então Diretoria Geral de Assistência Social, na Gestão do Cel BM Julio Cesar da Silva Menezes (2007) publicou seu primeiro Regimento Interno. Em 2009, por uma proposta deste mesmo diretor, o Serviço Social realizou uma auto-avaliação, tendo como resultado o documento que se chamou Relatório de Análise Institucional da Diretoria de Assistência Social do CBMERJ (2009).

Este relatório teve como objetivo, a análise de questões como: estética da organização institucional, os processos de trabalho dos assistentes sociais, as formas de registros do serviço, as ações de informação/comunicação, os atores envolvidos no saber/fazer do Serviço Social na instituição, o relacionamento e a cultura interna da equipe com outros profissionais, e com o público-alvo de suas ações. Os resultados mais significativos revelamram-se pelo fato de que todos os profissionais de Serviço Social e a estrutura de Comando da Diretoria fizeram uma grande autocrítica, pararam para se ouvir, refletir sobre seu fazer, e (re)pensar seu processo de trabalho.

Contudo, avaliamos que a sistematização de um conjunto de indicadores e a possibilidade de monitorar, acompanhar e avaliar as ações e serviços prestados pela referida Diretoria foi uma conquista proveniente desta descentralização acompanhada, de um Sistema de Gestão da Informação que deu concretude às múltiplas possibilidades de ação, por meio de articulação e interlocução contínuas possibilitando ainda, a proposição de uma Política de Assistência Social para o CBMERJ.

Neste caso, após análise crítica e o repensar da equipe, ancorado na então Política Nacional de Assistência Social das Forças Armadas - (PAS/Forças Armadas) (Portaria Normativa do Ministério da Defesa Nº 1173/MD, de 06 de setembro de 2006)<sup>2</sup> e na Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Resolução Nº 145, de 15 de outubro de 2004 (DOU 28/10/2004), esta última tomada como por referência para composição da estrutura descentralizada, seus princípios e valores, para que se incorporasse na Política de Assistência Social no CBMERJ, com o resguardo das devidas advertências as quais já ressaltamos aqui.

É válido ressaltar que, a nosso ver, as ações de assistência social já eram apropriadas e tidas como um entendimento historicamente aceito na Corporação, no entanto, qualquer alteração neste sentido, só poderia acontecer por meio de decreto estadual.

## **2. OS DESAFIOS DA DIMENSÃO POLÍTICA**

Uma vez assumidos como pilares a Política Nacional de Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social das Forças Armadas, no contexto do CBMERJ buscamos desenhar os objetivos, estruturas, conceitos, princípios, valores do que viriam a nortear a Política de Assistência Social da Corporação.

Nessa caminhada fomos descobrindo afinidades enquanto equipe e ampliando nossas potencialidades. Porém, também foram surgindo alguns desafios. O primeiro foi a composição da Diretoria, que até aquele momento era composta por Assistentes Sociais, Psicólogos e Capelães (Padres e Pastores), cujo papel era prestar assistência religiosa para os Bombeiros Militares e seus dependentes, em situação de óbitos e/ou acidentes, casamentos e eventos religiosos.

Ressaltamos aqui que, a composição fora um desafio, devido a uma limitação imposta pela institucionalidade, e pela própria história do Serviço Social. Assim, tratamos de delinear muito claramente nosso saber/fazer e nosso escopo de atuação. Avançamos no diálogo institucional e na pavimentação do caminho para construção de uma Política.

Vencido o desafio de posicionar nosso saber/fazer, surgiu um desafio ainda mais intrigante, em se tratando da construção de uma Política seria ela de Serviço ou de Assistência Social? Inicialmente nossa proposta dialogava obrigatoriamente com dois outros campos de saber/fazer que compunham a Diretoria, a Psicologia e a Capelania. Sendo assim, propusemos uma Política de Assistência Social.

A publicação do que chamamos de Política de Assistência Social do CBMERJ ocorreu em 2012. É importante que se diga, que desde o início a atuação do Serviço Social sempre esteve vinculada a ideia de Assistência Social, e seu saber/fazer tinha como meta a perspectiva da PNAS. Apesar disso, sempre atuou de modo centralizado no Centro de Assistência Social no Quartel Central (Praça da República), e posteriormente no Meier, como então Diretoria Geral de Assistência Social - DGAS. Assim, caso um militar ou dependente necessitasse de atendimento deveria deslocar-se até à Unidade, cabe lembrar que há bombeiros e familiares em todas as Regiões do Estado do Rio de Janeiro.

O processo de elaboração da política nos levou a um rico momento de construção coletiva e leitura. Ao revisitarmos a literatura revimos nossas propostas, metas, e identificamos que em nossa instituição não seria aplicável uma Política de Assistência, dado que, a DAS atende apenas ao público interno, o que, fatalmente comprometeria o princípio da universalidade previsto na PNAS. A solução para este desafio se deu quando decidimos que nossa luta pela construção da identidade da categoria, não poderia ficar no campo de uma política temática ou setorial, como a Assistência Social. Assim, optamos por adotar a ideia de que não havia diferentes Serviços Sociais no CBMERJ (há Serviço Social no campo da saúde, da Assistência Social e Ações Comunitárias), mas sim um único Serviço Social.

Apesar de termos conquistado a confluência da categoria naquele dado momento, não pudemos alterar o nome da Diretoria de Assistência para Serviço<sup>3</sup>, no entanto, atualmente, o *modus operandi* da DAS é fundamentado na perspectiva do Serviço e não mais nas políticas setoriais. Esse que era um desafio terminou por ser uma oportunidade que contribuiu para que nos percebamos, como uma única categoria profissional, que apesar da existência de algumas limitações de cada campo, não atuamos de modo concorrencial entre políticas, ao contrário, atuamos a partir do diálogo e a troca de saber/fazer nos diferentes campos retroalimenta a ideia de que somos um único serviço atuando em diferentes políticas.

Cabe ressaltar que, não é um trabalho absolutamente harmônico e sem correlação de forças, ao contrário, estão presentes grandes tensões entre o fazer nas diferentes políticas dadas diferenças conjunturais, o que, certamente traz rebatimentos no fazer das equipes dos diferentes campos.

### **3 A DIMENSÃO PEDAGÓGICA COMO FUNDAMENTO ESTRATÉGICO**

Um dos desdobramentos propostos no Relatório de Análise Institucional aqui mencionado, foi assunção para implementação da Política para a abertura de campos de estágio obrigatório para acadêmicos de Serviço Social. Nossa intenção era a realização de parcerias com diferentes Universidades, o que, em boa medida, viria contribuir para ampliar nossa capacidade reflexiva e pragmática enquanto Equipe, dado que a ideia inicial era que todo profissional supervisionasse ao menos com um acadêmico.

Para que pudéssemos receber os alunos, como campo de Estágio Obrigatório, a equipe elaborou conjuntamente um Plano de Estágio e uma Política de Estágio. Na ocasião não havia relação de subordinação, mas havia Serviço Social nas Policlínicas (Niterói, Campinho, Nova Iguaçu e Campos dos Goytacazes), no 1º Grupamento de Socorro de Emergência (Coordenador das Ambulâncias do CBMERJ), situado no Catete, e o Grupamento Especial Prisional – GEP, em São Cristóvão.

A chave fundamental para o que entendemos ser a linha pedagógica foi que no escopo da Política de Estágio, a equipe instituiu a proposta para que cada aluno deveria além de levar todo o aprendizado que fosse capaz de acumular, deveria também deixar um registro de sua passagem no CBMERJ, como forma de marcar sua trajetória ou registrar seu legado. Assim, cada aluno (a) deixaria um artigo, um banner, uma cartilha, algum registro que pudesse marcar sua passagem pelo Serviço Social do CBMERJ.

Dessa maneira, dos 39 inscritos 12 alunos foram selecionados, das mais diversas universidades, e cada um deixou um registro de seu legado. Destacamos aqui, aquelas que contribuíram, sobremaneira, para o processo de descentralização das ações e serviços da DAS. Em 2012 duas alunas<sup>4</sup> propuseram a construção de dois estudos, que contribuiriam de modo *sue generis* para a posterior transformação da Diretoria: o primeiro estudo foi a *epistemologia do Serviço Social no CBMERJ*; e o segundo foi a *Origem da Demanda da Diretoria de Assistência Social do CBMERJ*, ambos sob a orientação do então 1º Ten BM QOS/AsS/08 Marcelo Vieira.

O estudo sobre a epistemologia tinha como propósito a identificação de elementos divergentes ou confluentes entre o fazer e o saber dos assistentes sociais da DAS desde a inserção de cada profissional até aquele momento. Havia certa inquietude na acadêmica indagou, quais as bases teóricas que sustentavam as práticas dos assistentes sociais do CBMERJ? Sua inquietude se deu dado entendimento que demonstrava, e sua indignação natural para quem estava no momento do encontro com debate na teoria no campo acadêmico. Pois, ao se deparar com a prática e se posicionar diante dela, indagou “*não consigo imaginar que essa prática venha das mesmas bases epistemológicas que eu*”.

Foram realizadas entrevistas individuais, análises documentais a partir dos relatórios, pareceres, e após muitas observações durante os atendimentos, devidamente autorizados pelos respectivos usuários e profissionais, para nossa grande surpresa, a pesquisa nos revelou que conforme a resposta da ampla maioria, quase que de forma homogênea, as bases são atuais, seus escopos e correntes também o são tão atuais quanto os nossos pressupostos, o que contrariou, em parte nossa expectativa inicial. Porém, a pesquisa também revelou que havia certo ruído entre o entendimento daquilo que se lê, entende, compreende, e se aplica. As distâncias entre esses itens, conformam um limitador para o exercício de uma prática que reflita os axiomas e nexos preconizados nos marcos regulatórios da categoria.

Como maior conquista desta pesquisa podemos destacar o aprendizado de saber que nem sempre, a confirmação do resultado da pesquisa, ou de uma hipótese, se revelam como únicos resultados válidos de um estudo. O que se percebeu, foi que no traçado estratégico em tese, não deveria ser uma afirmação tão determinada, nossa pergunta de pesquisa era simples, mas ao mesmo tempo era muito sofisticada, porque reclamava um conjunto de verdades pré-definidas. Contudo, somente a manutenção do “espírito” aberto, para que se possa perceber e reconhecer que a construção de um caminho onde haja uma não confirmação é uma construção de uma investigação científica, pois o encontro de caminhos tortuosos pode servir de farol para lançar olhares sobre os riscos de uma pesquisa, etc.

A outra pesquisa realizada foi a que propôs o mapeamento da origem da demanda da Diretoria de Assistência Social (Meier). Sua inquietude estava vinculada, a sua percepção das premissas da PNAS e dos princípios constitucionais, principalmente o da Descentralização das políticas. Sendo assim ela indagava “por que um bombeiro ou familiar seu deve vir de Angra dos Reis ou Quissamã para ser atendido no Meier?”

Não tínhamos naquele momento a percepção da profundidade de sua inquietude, mas sua proposta que foi conhecer “qual era a origem do atendimento da DAS?” Os resultados desta pesquisa, permitiu-nos comprovar cientificamente a necessidade da descentralização das ações e serviços da Diretoria. Pois, revelou que mais da metade dos atendimentos da DAS à época, eram originários dos municípios circunvizinhos à Capital, ou dos mais afastados. Isto é, tínhamos a partir daquele momento, a evidência de que necessitávamos para propor a descentralização da DAS. Era evidente a existência de uma

demanda reprimida, como também grande parte dos Bombeiros e familiares tinham residência fora da Capital, e a pesquisa mostrou que cerca de 76% dos atendimentos eram originários de fora da Capital.

Após esses reveladores resultados, optamos por construir um projeto de descentralização, unindo os dois estudos, de modo que o primeiro compôs as bases teórico-técnicas, e o segundo a base técnico-operativa que revelava a evidência de que não adiantaria termos muitos profissionais centralizados num único espaço, mas que o serviço deveria garantir a cobertura no território.

Desse modo, os dois estudos, associados à ideia de se construir uma política, e fundamentalmente, ancorados no conjunto de evidências, e na sustentação do princípio Constitucional (1988), que preconiza a descentralização, a Política começou a tomar forma e ganhar consistência no âmbito da DAS.

#### 4 A INFORMAÇÃO/COMUNICAÇÃO COMO PRINCIPAL ESTRATÉGIA: DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA

No ano de 2013, sob o Cmdo. da Diretoria pelo Cel BM Ricardo Luiz de Macedo Soares, a DAS fazia todo o registro de suas ações e serviços em manuscritos, não havia auxílio de qualquer tecnologia inteligente. O que existia eram computadores que operavam para digitalização dos relatórios e pareceres. A partir deste Cmdo. a DAS em meados de 2013, por meio de uma parceria com a Diretoria Geral de Pessoal, Órgão ao qual a DAS atualmente é subordinada, cedeu sua Analista de Sistemas (Sra. Eliete S Oliveira) para que conjuntamente com o Cap Marcelo Vieira (Assistente Social da DAS), onde desenvolveram o Sistema de Gestão da Informação da DAS – SGI.

O SGI guarda características importantes, é um Sistema de Gestão da Informação complexo, porém, muito intuitivo, e de fácil usabilidade. Nosso objetivo era construir um Sistema de Gestão do processo de trabalho do assistente social, pensado por um assistente social, na perspectiva do serviço social, sob a linguagem de serviço social. Assim, com uso, o SGI foi se moldando ao processo de trabalho que era impresso na DAS, a partir da implementação da Política. De tal maneira, que os profissionais iam apresentando suas contribuições e o SGI ia sendo adequado à demanda. O SGI tem em sua estrutura canais de diálogo com o gerente do Sistema visando a coleta de sugestões e críticas e entre a própria equipe para a execução do seu processo de trabalho. A ideia de concepção foi quanto menor o tempo maior usabilidade,

Em paralelo ao desenvolvimento do SGI, construíamos as estratégias para implementação do projeto de descentralização, conforme os moldes do Gabinete de Projetos do Comando Geral. A descentralização foi sendo gestada a partir dos moldes de gestão estratégica e pactuada intra e extra equipe. Intra-equipe, onde as ações eram pactuadas com os assistentes sociais individualmente, e depois em momento coletivo; extra-equipe, onde o Diretor pactuava com os Cmtes. e Diretores dos outros órgãos do CBMERJ, a construção da cultura de gerenciamento de projetos pela técnica do *Project Management Institute - PMI*; a adoção da cultura do estágio obrigatório em parceria com diferentes universidades, na tentativa de garantir uma atuação baseada na práxis; o aporte das novas Tecnologias de Informação e Comunicação como instrumentos de apoio à Gestão, sobretudo pela construção do Sistema de Gestão da Informação. Uma estratégia ímpar utilizada foi a materialização do um campo para permanente reflexão, a Divisão de Planejamento, que mais tarde conquista também o espaço físico e profissionais destinados ao estudo do saber/fazer da categoria, buscando articular os conhecimentos teóricos das bases de informação e por mapear ações consagradas como boas práticas em gestão.

Por outro lado, este processo possibilitou a organização da Equipe Técnica de Atendimento em Serviço Social, incorporando em seu processo de trabalho a organização, sistematização, e a disseminação entre os pares dos resultados, com o propósito de reconstruir práticas e ressignificá-las a partir da contraposição da prática às propostas realizadas pelo planejamento. Além de ser esta uma estratégia que põe a refletir o resultado do mundo vivo onde as práticas ocorrem e as evidências científicas oriundas das bases teóricas, de tal maneira que permitiria que as boas práticas consagradas em políticas públicas numa determinada Região poderiam ser facilmente adotadas ao menos como referenciais para contribuir com o colega de uma segunda Região. Ou seja, é um movimento, onde os registros da prática sistematizada, mediatizada se tornam aprendizados e, talvez novos saberes e práticas.

Atualmente, a DAS, conta com 16 polos descentralizados de Serviço Social em todas as Regiões do Estado do Rio de Janeiro, com 8 Coordenadores Regionais, uma equipe de Gestão de Projetos, de Pesquisas e Estatísticas, uma Divisão de Planejamento e uma Divisão de Serviço Social, que é responsável pelos Coordenadores Regionais. Após o seu primeiro ano de descentralização sob uso da ferramenta do SGI a DAS realizou cerca de 1500 atendimentos, e de janeiro deste ano até o momento, já está contabilizando cerca de 2500 atendimentos.

A estratégia mais recente foi a construção dos índices de Vulnerabilidade Social e o índice de Qualidade de Vida do Bombeiro Militar. Tomamos como base o Censo de Assistência Social do Cadastro Único da Assistência Social – CadÚnico/MDS, além disso, construímos os nossos critérios amparados nos consagrados nos sistemas dos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de modo que buscamos mapear das Condições e da Qualidade de Vida dos Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro. Os dados, foram todos coletados no SGI, como instrumento inerente à ficha de histórico dos militares para realização do Atendimento Social na DAS.

Assim, entendemos que o Serviço Social conseguiu não apenas reconduzir seu papel de historicamente subalternizado e ignorado, mas reconfigurou sua estada diante da tropa que hoje, vê no Serviço Social uma fonte de informação e ação para garantir seus respectivos direitos. Para nós, este é um papel altamente estratégico, que o setor consegue apropriar em seu escopo de intervenção básica, um conjunto informacional que reconduziu além desse papel da categoria, mas também promoveu fortemente a ressignificação da cultura institucional sobre o saber/fazer do Serviço Social do CBMERJ, pode-se dizer que nosso momento hoje na força, equivale à *Reconceituação do Serviço Social da Diretoria de Assistência Social do CBMERJ*.

#### CONCLUSÃO:

De acordo com GRUMAN (2012) e BATISTA (2012) a conquista do direito à informação e a construção de uma política de informação devem ser realizadas em paralelo. Uma vez que tanto o direito à informação, quanto a política ambos deveriam ser conhecimento pleno de todos. Ainda no que diz respeito à informação/comunicação, algumas questões ainda nos inquietam,

como construir canais de ampliação da informação/comunicação dos direitos e procedimentos realizados na DAS e Polos para pensionistas, bombeiros e dependentes? Em que medida é possível construir uma melhor relação entre ciência, Estado e Sociedade, a partir das ações e serviços da DAS e dos Polos? Já nos perguntamos alguma vez como o usuário gostaria de receber a informação? No tocante aos desafios para as ações e serviços do assistente social no CBMERJ, podem ser superados a partir de uma prática reflexiva, colaborativa e sem dúvida alguma que o diálogo constante com a comunidade científica só tem a contribuir.

O que ficou evidente é que o saber/fazer do assistente social no CBMERJ seja nas entrevistas, atendimentos, ações conjuntas com outras categorias, dispensação de benefícios assistenciais ou ações de informação/comunicação visando à ampliação da garantia de direitos, a categoria evoluiu e vem evoluindo sistematicamente.

Ao voltar nossos olhares para a DAS, aprendemos que a adoção da informação/comunicação de modo dialético, revelou que o nosso próprio saber/fazer já será capaz de nos deixar absolutamente inquietos com conjunto de dados os quais disponibiliza-nos o SGI.

Por fim, o que fica muito evidente é que hoje é muito importante que a DAS desenhe uma Política de Gestão da Informação, buscando organizar o ciclo da informação, definindo quem produz, como organiza/armazena, para quem dissemina e divulga, quem usa e como deve ser esse uso. E, por que uma política? Basta que tomemos o exemplo da saúde, que ao estabelecer um dos seus pilares para sua própria reflexão hoje em torno do país, construiu a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisas em Saúde, de modo que põe a informação/comunicação na condição de política e em terceira posição de 28 prioridades, o que revela de modo *sue generis*, a importância de construirmos para a DAS uma política de gestão da informação.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAMAN, S. Defining information. Telecommunications Policy, Tokyo, v. 13, p. 234, 1989.
- . The Emergent Global Information Policy Regime. In: The Emergent Global Information Policy Regime. UK: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-37. Disponível em: <[https://pantherfile.uwm.edu/braman/www/bramanpdfs/022\\_emergentregime.pdf](https://pantherfile.uwm.edu/braman/www/bramanpdfs/022_emergentregime.pdf)>. Acesso em 12 de maio de 2013.
- BRASIL, LEI Nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.
- BRASIL. Estatuto do Bombeiro Militar, Lei nº 880, de 25 de julho de 1985.
- . Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- . Código de Ética do(a) Assistente Social, Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993.
- . Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004.
- . Política Nacional de Assistência Social das Forças Armadas, Portaria Normativa nº 1.173/MD, de 06 de setembro de 2006.
- CARVALHO, Adriane Maria Arantes de. E Pinheiro, Marta Macedo Kerr. Regime de informação em arranjos produtivos locais. Comunicação oral apresentada ao GT-05 - Política e Economia da Informação, IX ENANCIB – Diversidade Cultural e Políticas de Informação. São Paulo. 2008.
- FROHMANN, B. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23, 1995, Edmond, Alberta.
- GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. Da política de informação ao papel da informação na política. Revista Internacional de Estudos Políticos. NUSEG/UERJ, v.1, n.1, p.67-93. Abr. 1999.
- . O Caráter seletivo das ações de informação. Informare. Rio de Janeiro, v. 5, n.2, p. 1; 5 – 6; 26. julho/dez. 1999.
- GONZALEZ DE GOMEZ, M. N; CHICANEL, M. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: ANCIB/USP, p. 4. 2008.
- GRUMAN, M. Lei de Acesso à Informação: notas e um breve exemplo. Revista Debates, v. 6, n. 3, p. 97-108, set./dez. 2012.
- BATISTA, C. L. Informação pública: controle, segredo e direito de acesso. Intexto, v. 26, p. 204-222, 2012.
- LIMA C. R. A. et al. A experiência de disseminação de informações em Saúde. In: Ministério da saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. A experiência brasileira em sistemas de informação em saúde. Produção e disseminação de informações sobre saúde no Brasil. Brasília – DF: Ministério da Saúde, 2009. v. 1. p. 109-128. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books .
- VIEIRA, Marcelo Luciano. CBMERJ/DAS. Relatório da Análise do Desenvolvimento Institucional da Diretoria Geral de Assistência Social no período Janeiro/Julho de 2010.
-

Capitão Assistente Social do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Bacharel e mestre em Serviço Social pela PUC-Rio, Doutor em Ciência da Informação pelo ICICT/FIOCRUZ, Pós-Doutorando pelo LAPPIS/IMS/UERJ,. Professor Agregado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio; Coordenador de Estágio em Serviço Social da PUC-Rio. Membro do Laboratório de Pesquisas de Práticas de Integralidade em Saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - LAPPIS/UERJ - Pesquisador.

— Tenente Assistente Social do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Bacharel em Serviço Social pela UERJ, e Sanitarista pela Escola Nacional de Saúde Pública - FIOCRUZ, Mestranda pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – FIOCRUZ.

— Tenente Assistente Social do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em Serviço Social **pela ....** e mestranda pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – FIOCRUZ.

**1** A sociedade da informação ou sociedade informacional, como prefere Castells (2000), está ligada à expansão e reestruturação do capital, variando a partir da década de 1980 ao fim do século XX. Segundo o autor, esse é um novo paradigma e está pautado em algumas premissas: a informação é sua matéria-prima; os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade; predomínio da lógica de redes; flexibilidade; crescente convergência de tecnologias.

**2** Legislação complementar a PAS/Forças Armadas - Portaria Normativa 881 (DO-U 27-5-2010). Aprova as diretrizes para o desenvolvimento dos programas da Política de Assistência Social das Forças Armadas.

**3** Não pudemos alterar uma vez que essa nomenclatura é dada através de Decreto do Governador, e para alterar demandaria novo Decreto, como era algo muito distante da nossa governabilidade, procuramos inicialmente evitar este caminho, e optamos pela construção de uma via alternativa, ou o possível naquele tempo histórico.

**4** Evelin Vaz – Então Acadêmica de Serviço Social em Estágio Obrigatório - Desenvolveu estudo sobre a epistemologia do Serviço Social no CBMERJ, sob orientação do Supervisor de Campo, e prof. à época Mestre em Serviço Social. Atualmente, Evelin é Assistente Social da Prefeitura Municipal de Petrópolis no Estado do Rio de Janeiro. Sabrina Souza – Então Acadêmica de Serviço Social em Estágio Obrigatório – Desenvolveu o estudo sobre a origem da Demanda da DAS. Atualmente, é Residente Multidisciplinar no Instituto Nacional do Câncer no Município do Rio de Janeiro.